

OS “LIVROS DE REPÓRTERES”, O “COMENTÁRIO” E AS PRÁTICAS JORNALÍSTICAS

Beatriz Marocco¹

Resumo: No âmbito do saber jornalístico, as práticas são reguladas por um conjunto de procedimentos que delimitam o dizível: o que é permitido e o que é proibido nas ações dos jornalistas para que possam operar em uma ordem do discurso jornalístico, identificada com o presente que nos cerca e que faz o jornalismo ser como ele aparenta ser. Este artigo se refere, mais concretamente, a um destes mecanismos, o “comentário”, situado nos “livros de repórteres”, e combina as ideias de Foucault sobre controle discursivo com dados quantitativos obtidos em uma pequena enquete realizada via e-mail entre 17 de maio e 1º de junho, 2010. O questionário foi enviado a 266 jornalistas vinculados a 51 redações de jornais impressos do interior do RS, como parte da pesquisa “O controle discursivo que toma forma e circula nas práticas jornalísticas²”. Com base nestes resultados, dois “livros de repórteres” foram examinados: *Abusado* e *Rota 66*, de Caco Barcellos.

Palavras-chave: Práticas jornalísticas. Comentário. Livros de repórteres.

Abstract: In the scope of the journalistic knowledge, the practices are regulated by a body of procedures which delimit the sayable: it means, what is allowed and what is forbidden in the actions of the journalists to operate in an order of the journalistic discourse, identified with our present-day, that makes the journalism be like it seems to be. This article refers, more concretely, to one of these elements, the “commentary”, located in the “books of reporters”, and combines Foucault’s ideas of discursive control with quantitative data gained from a survey that took place between May, 17 and Jun, 1º, 2010. Mail questionnaires were sent to 266 journalists working at 51 local newspapers of RS, as part of the research “The discursive control that takes form and circulates in the journalistic practices³”. Two “books of reporters” was examined: *Abusado* and *Rota 66*, written by Caco Barcellos, based in the results of the survey.

Key-words: Journalistic practices. Commentary. Books written by reporters.

Os repórteres têm se ocupado freqüentemente em materializar a experiência em livros. A produção norte-americana das últimas décadas do século passado poderia dar apoio para o desenvolvimento de uma “sociologia do cotidiano da produção jornalística” (Van Dijk, 1990). Nosso ponto de partida é semelhante: a intensa produção de repórteres brasileiros. Um olhar

¹ Jornalista, pesquisadora, professora do PPGCC da Unisinos.

² A pesquisa, iniciada este ano, tem recursos do CNPq e contou com a colaboração dos seguintes alunos, vinculados ao PPGCC da Unisinos: Ângela Zamin, doutoranda, bolsista CNPq, Giovanni Guizzo da Rocha e Júlia Capovilla, mestrandos, bolsistas Capes.

³ The research, financed by CNPq, begun this year with the collaboration of the following students of the PPGCC/Unisinos: Ângela Zamin, doutoranda, sponsored by CNPq, Giovanni Guizzo da Rocha e Júlia Capovilla, sponsored by Capes.

foucaultiano sobre estes materiais, no entanto, possibilita seguirmos novo rumo. O que se propõe, neste sentido, é examinar estes livros no âmbito mesmo do jornalismo, onde eles se inscrevem originalmente, realizando um deslocamento da teoria sistemática, quer dizer, da objetivação mediante discursos científicos, para o nível do saber. Foucault forjou o conceito de saber para explorar um conjunto de elementos formados de maneira regular por uma prática discursiva e que são indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar (1995, p. 207). Por este viés, poder-se-ia argumentar que estes livros apresentam o exercício do jornalismo de outro modo e que são importantes para a constituição de um saber das práticas jornalísticas. Isso não significa o enquadramento de todos os livros do gênero.

Este artigo se refere, mais concretamente, aos “livros de repórteres” e para refletir sobre o seu enquadramento no jornalismo e como interferem nas práticas jornalísticas, combina as ideias de Foucault sobre controle discursivo com dados quantitativos obtidos em uma pequena enquete realizada via e-mail entre 17 de maio e 1º de junho, 2010. O questionário foi enviado a 266 jornalistas vinculados a 51 redações de jornais impressos do interior do RS, como parte da pesquisa “O controle discursivo que toma forma e circula nas práticas jornalísticas⁴”. Com base nestes resultados, dois “livros de repórteres” foram examinados: *Abusado* e *Rota 66*, de Caco Barcellos.

Os controles discursivos

Desde uma perspectiva foucaultiana, as práticas são constituídas por um corpo de regras anônimas e históricas, sempre vinculadas a um dado período. Essas regras delimitam o que é permitido e o que é proibido nas ações dos membros de uma formação discursiva⁵. Não existe sujeito que não seja constituído pelo discurso. Sujeitos são cúmplices na sua própria constituição discursiva – a subjetivação é um modo do ser humano se constituir a si mesmo em sujeito. Pondo foco nas práticas de uma dada formação discursiva, como o jornalismo,

⁴ A pesquisa, iniciada este ano, tem recursos do CNPq e contou com a colaboração dos seguintes alunos, vinculados ao PPGCC da Unisinos: Ângela Zamin, doutoranda, bolsista CNPq, Giovanni Guizzo da Rocha e Júlia Capovilla, mestrandos, bolsistas Capes.

⁵ Evitar palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, como ciência, ideologia ou domínio de objetividade, era a intenção de Foucault subjacente ao conceito de formação discursiva. Para ele, formação discursiva designa um sistema de dispersão que se caracteriza por uma regularidade entre certo número de enunciados, objetos, tipos de enunciação, conceitos, escolhas temáticas. Dent (2008) aplicou o conceito de formação discursiva de Foucault (1995: 43) ao jornalismo, referindo-se às ações ou práticas dos jornalistas entendidas como um conjunto de comportamentos limitados pelo entendimento do que é ser um jornalista, que supõe a existência de um regime de verdade tão fundamental que sem ele o jornalismo, i.e., a formação discursiva, não poderia operar do mesmo modo.

poder-se-á ter idéia do funcionamento dos sujeitos discursivos e dos procedimentos de controle que caracterizam as suas práticas. As práticas jornalísticas foram aproximadas por Chris Dent (2008) das formas de controle originalmente elaboradas por Foucault: procedimentos externos, procedimentos internos e procedimentos que não são totalmente internos ou externos⁶.

Os procedimentos externos configuram os três “grandes sistemas de exclusão” que atingem o discurso desde o exterior: a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade (Foucault, 1996, p. 19). Segundo Dent (2008), as técnicas externas de gestão giram em torno da capacidade dos jornalistas de negar aos *outsiders* a oportunidade de serem ouvidos. Elas se referem à habilidade de segregar pessoas em função do que elas dizem ser proibido, ou em função de sua falta de conhecimento sobre o discurso verdadeiro que domina a formação.

A vontade de verdade e o verdadeiro, que lhe corresponde, apóiam-se em um suporte institucional e são reconduzidos pelo modo como o saber é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído a uma determinada época. Há séculos, o jornalismo buscou o apoio da ciência para ganhar o reconhecimento da sociedade, não mais como um discurso de impressões e opiniões do jornalista sobre o cotidiano, mas como um discurso “objetivo”, “neutro”. Nos limites da informação, a palavra do jornalista não poderia mais ser autorizada a não ser se evidenciasse a sua entrada em uma ordem do discurso jornalístico pela presença, entre outros elementos, do testemunho da fonte de informação e da “confissão da verdade” que a mesma supõe (DENT, 2008).

Os procedimentos internos de controle discursivo são exercidos pelo próprio discurso (FOUCAULT, 1996: 21); incluem os princípios de classificação, ordem e distribuição dos enunciados e são relacionadas ao autor, às disciplinas e ao comentário. A função do autor, um controle relevante no jornalismo, interfere nos textos como uma forma de ordem (FOUCAULT, 1996: 26). O autor é pressionado a levar em conta a unidade dos textos assinados por ele. É pressionado a revelar ou ao menos dar indícios de autoria para passar ao texto a sua autoridade. No texto jornalístico essa autoridade também pode ser desenhada nas marcas discursivas de impessoalidade, que produzem efeitos de imparcialidade.

O que é central na prática da disciplina é que em uma formação discursiva, a disciplina define o terreno da verdade que exclui tudo o que não o seja. Foucault diz: “A verdade está ligada circularmente aos sistemas de poder que a produzem e a mantêm, e aos efeitos de poder

⁶ Uma versão deste artigo foi apresentada na Intercom 2010.

que induz e que a acompanham, ao regime de verdade” (2005: 156). A disciplina regula, portanto, as proposições mais gerais que não estão ligadas a textos ou autores e pode ser vista, no jornalismo, como requisito de autonomia em relação a saberes como a literatura, e como uma regulação com vistas a produzir efeitos de poder sobre a recepção. “A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 1996: 36).

O saber jornalístico, segundo Dent, não se caracteriza pela produção de comentários sobre os seus textos primeiros, como ocorre, por exemplo, com o saber jurídico. Isso significa, se examinarmos o saber jurídico, que na norma, ou no texto jurídico, há um sentido que não está explicitamente demonstrado. A norma é algo que, para ser conhecido, necessita de outro texto, no caso o comentário, elaborado não como um exercício de mera apreensão da dogmática jurídica, mas de interpretação criativa, crítica, que, ao operar sobre os textos primeiros, fornece repetição e desvendamento de significados ocultos atribuídos aos textos originais em operações em que o sujeito dará conta da interpretação/hermenêutica do Direito. Foucault, em *A ordem do discurso* ampliou a ocorrência do “comentário” a múltiplas e variadas formas, inclusive que se referem a textos literários, o que nos levou a refletir sobre a possibilidade de sua ocorrência no âmbito do saber jornalístico, em livros que elaboram uma exegese do saber jornalístico, como veremos adiante.

O último conjunto de controles discursivos pode ser visto nos procedimentos nem totalmente externos, nem totalmente internos. São processos de “rarefação” dos sujeitos que falam. Como Foucault diz: “... nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos eostas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala” (1996: 37). Se o saber jornalístico é considerado, nem todos os membros do público têm a capacidade de falar o que é considerado verdade para esta formação, embora alguns possam reivindicar um lugar no jornal como fonte, articulista, comentarista. Dentro da profissão de jornalista, igualmente, nem todas as posições são igualmente abertas e acessíveis até aos profissionais mais experientes.

O comentário

O que se chama “globalmente” de “comentário”, segundo Foucault, não cessa de se modificar através do tempo, na exegese jurídica, em textos religiosos, ou em infundáveis

interpretações de um texto literário. Entre essas formas múltiplas e divergentes há um parentesco fundamental: o desnível entre texto primeiro e texto segundo que, por um lado, permite construir indefinidamente novos discursos e, por outro, anuncia que o comentário não tem outro papel que não seja o de dizer o que estava articulado, silenciosamente, ao texto primeiro. Nas palavras de Foucault:

(...) gostaria de me limitar a indicar que, no que se chama globalmente um comentário, o desnível entre texto primeiro e texto segundo desempenha dois papéis que são solidários. Por um lado permite construir (e indefinidamente) novos discursos: o fato de o texto primeiro pairar acima, sua permanência, seu estatuto de discurso sempre reatualizável, o sentido múltiplo ou oculto de que passa por ser detentor, a reticência e a riqueza essenciais que lhe atribuímos, tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar. Mas, por outro lado, o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro* (1996: 25).

Além do que pode ser considerado material jornalístico, ou sobre o texto jornalístico (primeiro), o “comentário” se insinua muito timidamente no espaço dos jornais⁷. Em colunas como o Ombudsman, publicada semanalmente no jornal *Folha de S. Paulo*, verificamos a reaparição de textos que dão consistência a algo que já foi dito anteriormente no jornal, sob a forma de notícia ou reportagem, que se apóia, principalmente, nas normas que regulam as atividades do próprio jornal, e provoca algum desnivelamento entre dois níveis discursivos. São discursos críticos, que retomam e transformam o que está fora dessa formulação, que circula nas práticas, no conjunto de regras e técnicas jornalísticas do manual de redação da empresa e, em certa medida, nos textos científicos da área dos estudos em jornalismo. Uma das finalidades aparentes da coluna é divulgar outra compreensão, para os leitores do jornal, dos textos publicados no espaço temporal da atualidade jornalística, com base no que “deveria” ser o jornalismo, no caso, se está sendo praticado em conformidade ou não com os textos fundamentais reconhecidos pela *Folha de S. Paulo*. Isto que poderia também ser considerado certa crítica das práticas, ou um tipo de MAS (Media Accountability Systems), parece mais próximo do que se entende há séculos por uma cesura fundamental da ação do jornalista entre um “contador de histórias” (repórter) e um “explicador do mundo” (analista, comentarista), cristalizada nos gêneros informativo e opinativo publicados em espaços diferenciados nos jornais (MARCONDES: 30). Destes comentaristas, entretanto, não se espera que voltem aos alicerces que fundamentam o jornalismo.

⁷ Gomis concebe o comentário em outra dimensão, à medida que o jornalismo se constitui como um método de interpretação da realidade social (1991: 36). Neste sentido, o jornalismo seria a instância produtora de comentários sobre os textos sociais.

Em tal lacuna, vemos se insinuarem, de forma bem mais consistente, os “livros de repórteres”, que preferimos chamar assim a utilizar o termo já cristalizado de “livro-reportagem”⁸. Neste sentido, os livros mais do que um suporte privilegiado para a reportagem entendida como o resultado de um trabalho de investigação, irradiado sob a forma de “livro-reportagem”, podem ser considerados uma manifestação da existência no âmbito da formação discursiva de um procedimento de controle interno: o comentário. Trata-se de um tipo de texto que se ocupa do jornalismo, para dele elaborar outros textos que oferecem o desvendamento de certos modos de fazer jornalismo, ou a crítica dos mesmos, em operações de produção de sentidos, em que o jornalista, naturalmente, fará um exercício de interpretação criativa daquilo que é considerado norma no jornalismo, quer seja em suas práticas, quer seja no âmbito acadêmico. Essa produção se diferencia dos livros escritos por “estrelas da profissão”, que contribuem para uma visão encantada do jornalismo, de suas funções democráticas e de seus poderes (NEVEU, 2006: 14). Além disso, inscrever estes textos na esfera do “comentário” decorre do seu reconhecimento no âmbito das práticas, como veremos a seguir.

Discussão

A despeito do que pensa Dent (2008) sobre a não ocorrência do comentário no jornalismo, nossa hipótese é que, além dos comentários que conhecemos em nosso sistema de cultura – os textos religiosos ou jurídicos –, outro tipo de texto, como os literários, os textos que têm pretensão de cientificidade e alguns materiais jornalísticos podem ser enquadrados como tal. Para testar a pertinência da hipótese de que os “livros de repórteres” formalizam a existência do comentário à medida que cumprem um duplo papel: a) Atualizam os textos que regulam o jornalismo (quer estejam nas teorias, quer nos manuais de redação); b) Auxiliam a compreensão da FD e do que “estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*”, fizemos a pergunta “Os ‘livros de repórteres’ auxiliam você a compreender as práticas?” a 266 jornalistas do interior do RS, em uma enquete via e-mail, realizada entre 17 de maio e 1º de junho de 2010⁹.

⁸ Trata-se, segundo Edvaldo Pereira Lima (1995), de obra não-periódica que explora a reportagem jornalística em profundidade. Com tempo de produção estendido, podendo chegar a décadas, o livro-reportagem requer investigação exaustiva sobre determinado tema/acontecimento, além de caracterizar-se pelo estilo de escrita mais autoral e elaborado, utilizando-se de técnicas literárias. Entre os tipos de livros-reportagem mais comuns estão a reportagem biográfica, o livro-reportagem-denúncia e o livro-reportagem-história.

⁹ A escolha dos jornalistas para participar da primeira fase da pesquisa, a que contempla os jornais gaúchos, com exceção da capital, deu-se por meio de dois movimentos: o primeiro, de atualização da lista de jornais

Deste total, 57 responderam e 46 deles marcaram duas alternativas (sim e às vezes) atribuindo valor positivo a estes textos para a compreensão e o exercício do jornalismo. Em termos percentuais, 33,33% da amostra respondeu que os livros auxiliam nas práticas; 47,36% que auxiliam às vezes; 17,54 que não auxiliam; e 1,75% deixaram a questão em branco. O desdobramento dado para a questão na pergunta “Neste tipo de literatura qual o primeiro título ou autor que vem a sua cabeça?”, foi respondido por 36 jornalistas. Os autores citados estão relacionados abaixo, no Quadro 1:

apresentadas por Dornelles (2004); a segunda, de atualização da base de dados da Associação Riograndense de Imprensa – ARI, ano de 2004. Da relação de jornais apresentada por Dornelles (2004), optamos por alterar os jornais das regiões Planalto e Serra. Na primeira, porque o jornal *A Notícia Ilustrada*, de Panambi, não existe mais. Nesta região, optamos pelos jornais *O Nacional*, de Passo Fundo, e *Jornal da Manhã*, de Ijuí. Na região serrana, acrescentamos o jornal *O Pioneiro*, de Caxias do Sul. Como o propósito era abranger um número expressivo de jornais e, conseqüentemente, de jornalistas do interior gaúcho, optamos por ampliar nossa base de dados a partir do Anuário de Mídia, de 2004, da ARI. Nesta fase, buscamos atualizar a relação de jornais de 170 municípios gaúchos, independente da região, tiragem ou circulação. Após contatos por telefone ou e-mail, 51 jornais, de 49 municípios gaúchos, responderam positivamente quanto à participação de suas equipes na pesquisa, indicando-nos os respectivos endereços eletrônicos. Participaram da primeira fase da pesquisa jornais dos municípios de: Agudo, Bento Gonçalves, Boa Vista do Buricá, Bom Princípio, Cachoeirinha, Candiota, Caxias do Sul, Chapada, Condor, Dois Irmãos, Encruzilhada do Sul, Erechim, Estância Velha, Farroupilha, Frederico Westphalen, Gramado, Gravataí, Ijuí (dois jornais), Lagoa Vermelha, Lajeado / Arroio do Meio, Montenegro, Nova Prata, Novo Hamburgo, Osório, Passo do Sobrado, Passo Fundo, Pelotas, Portão, Restinga Seca, Salvador do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santana do Livramento, Santiago, Santo Ângelo, São Francisco de Paula, São Jerônimo, São Leopoldo (dois jornais), São Sebastião do Caí, Sinimbu, Taquari, Três Coroas, Três de Maio, Teutônia, Uruguaiana, Vera Cruz, Veranópolis, Viamão.

Quadro 1

AUTOR	CITAÇÕES
Caco Barcellos	17
Truman Capote	05
Ricardo Noblat	03
Gabriel Garcia Márquez	03
José Hamilton Ribeiro	01
Demétrio Soster	01
Fernando Moraes	01
Flávio Alcaraz Gomes	01
Franklin Martins	01
Marshall Mc Luhan	01
Pedro Bial	01
Zuenir Ventura	01

Fonte: enquête coordenada pela pesquisadora

Dos 36 jornalistas que indicaram autores, apenas 16 deram títulos de obra, como pode ser constatado no Quadro 2:

Quadro 2

LIVRO	CITAÇÕES
O Abusado, Caco Barcellos	04
Rota 66, Caco Barcellos	04
A Arte de Fazer um Jornal Diário, Ricardo Noblat	02
A sangue frio, Truman Capote	02
1968, Zuenir Ventura	01
O repórter do século, José Hamilton Ribeiro	01
Prisioneiro 39310 - Profissão Repórter, Flávio Alcaraz Gomes	01
Relato de um naufrago, Gabriel Garcia Márques	01

Fonte: enquête coordenada pela pesquisadora

Em outro movimento de pesquisa, os dois livros mais citados pelos jornalistas, *Rota 66* (Barcellos, 1992), e *Abusado* (Barcellos, 2003) foram examinados e descritos em fichas de leitura que evidenciaram um ponto de partida: a ancoragem do autor ao jornalismo e, simultaneamente, outras versões para o que está cristalizado no âmbito das teorias e do Novo Manual de Redação da Folha de S. Paulo¹⁰, em termos de apuração e de relação com a fonte jornalística.

No interior dos estudos do jornalismo, o processo de apuração foi definido, entre uma miríade de formas, como “a investigação, documental e por entrevista, dos dados de uma notícia ou reportagem” (LAGE, 1987: 54), como “parte do processo informativo” (MEDINA, 1978: 105), que põe em relação três componentes (a coleta de dados pelo repórter, agências de informação e articulistas); ou como um tipo de *casting*, em que o repórter busca personagens em conformidade àqueles que ele já imaginou (AUBENAS/BENASAYAG, 1999: 19, apud MARCONDES FILHO, 2002: 121). Já as fontes são o continente do discurso verdadeiro que domina a formação. Em geral, esta potência é atribuída às fontes oficiais, que representam instituições sociais e têm posições privilegiadas na estrutura sócio-econômica da sociedade. “Os pontos de vista oficiais estão incrustados nas notícias”, afirma Gaye Tuchman (1993: 112). Assim, quem não exerce algum poder não sociedade, não ocupa cargo ou não tem representatividade econômica, dificilmente tem voz na notícia. A menos que suas ações produzam efeitos negativos:

Normalmente, os jornalistas entrevistam fontes oficiais e especializadas: as fontes populares são consultadas apenas quando são testemunhas de um fato trágico (AMARAL, 2006: 56).

O Novo Manual de Redação da Folha de S. Paulo (1996)¹¹ remete a quatro tipos de fonte de informação com diferentes graus de confiabilidade para o trabalho jornalístico: a) Fonte tipo zero: enciclopédias renomadas, documentos emitidos por instituição com credibilidade, videoteipes que, em geral prescindem de cruzamento. b) Fonte tipo um: a mais confiável nos casos em que a fonte é uma pessoa. Fala com conhecimento de causa, está

¹⁰ Adotamos este Manual como exemplar para efeitos de exame dos “livros de repórteres” em função da posição que a Folha exerce no cenário das mídias nacionalmente e que responde, em nosso entendimento, aos critérios estabelecidos por Beneyto (1986) e Molina (2007) para jornalismo de referência, entre eles, o de ser imprescindível para os outros meios de comunicação. Na enquete mencionada anteriormente, o Novo Manual da Folha de S. Paulo pode ser enquadrado neste critério: foi o mais mencionado pelos jornalistas que costumam utilizar manuais de outros veículos. Do total de 57 respostas, 19 mencionaram o manual do próprio jornal, 14 jornalistas afirmaram que utilizam manuais de outro jornal (oito deles mencionaram o da Folha, o manual de *O Estado de São Paulo*, obteve quatro menções, o de *Zero Hora*, uma e um jornalista não indicou título) e 24 respondentes afirmaram que não utilizam manual.

¹¹ Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/fofha/circulo/manual_redacao.htm, acessado em 20/09/2010.

muito próxima do fato que relata e não tem interesses imediatos na sua divulgação. c) Fonte tipo dois: tem todos os atributos da fonte tipo um, menos o histórico de confiabilidade. Toda informação de fonte dois deve ser cruzada com pelo menos mais uma fonte (do tipo um ou dois), antes de publicada. d) Fonte tipo três: menor confiabilidade. É bem-informada, mas tem interesses (políticos, econômicos etc.) que tornam suas informações nitidamente menos confiáveis.

Já a apuração se desdobra em verbetes que se referem a aspectos externos, como a ambientação (sempre que for relevante para a compreensão da notícia, a reportagem deve descrever o ambiente), e aspectos internos, como cruzamento de informações (qualquer informação de cuja veracidade não se tenha certeza deve ser cruzada, exceto em circunstâncias excepcionais, previstas neste Manual); distanciamento (mantenha e procure desenvolver uma atitude de distanciamento crítico do assunto e dos personagens de qualquer notícia.). Sobre a entrevista, o Manual recomenda: a) Marque-a com antecedência; b) Informe o entrevistado sobre tema duração do encontro; c) Anote e, de preferência, também grave a entrevista para poder reproduzir com absoluta fidelidade eventuais declarações curiosas, reveladoras ou bombásticas; d) Vista-se de modo a não destoar do ambiente em que será feita a entrevista, para não inibir ou agredir o entrevistado; e) Faça perguntas breves e diretas, que não contenham resposta implícita; f) Identifique contradições, mencione pontos de vista opostos e levante objeções sem agredir o entrevistado; g) Não deixe de abordar temas considerados "sensíveis" pelo entrevistado. Faça perguntas diretas e ousadas. Insista quantas vezes achar necessário se o entrevistado se recusar a responder a alguma pergunta; h) Registre essa recusa, se for significativa.

Em *Rota 66* (1998), Caco Barcellos desdobrou as noções que regulam apuração jornalística em incontáveis versões. Além disso, as mesmas ações que ilustraram o processo de coleta de dados deram sustentação a um discurso que o repórter descolou das práticas do noticiário policial e de seus vínculos com as fontes oficiais. No epicentro do processo, o repórter criou um “Banco de Dados Não Oficiais”, onde uma rede de informações de múltiplas proveniências deu novos sentidos a uma base jornalística: uma coleção de matérias do jornal *Notícias Populares*¹² sobre tiroteios entre pessoas suspeitas e policiais militares. Em torno das vozes policiais, matéria-prima destas notícias, Caco Barcellos acumulou entrevistas com médicos dos hospitais mais procurados pelos policiais para encaminha as suas vítimas – Santa Marcelina, Piratininga e Jabaquara –, informações sobre os crimes dos PMs dos

¹² O jornal *Notícias Populares* parou de circular em 2001; era publicado pelo Grupo Folha, mesma empresa que publica os jornais *Folha de S. Paulo* e *Agora São Paulo* e publicava o jornal *Folha da Tarde*.

cartórios da Justiça Militar, de processos arquivados ou em andamento, documentos do Instituto Médico Legal com informações sobre as pessoas mortas em São Paulo por causa violenta (BARCELLOS, 1998: 67, 122, 141). A partir das mortes noticiadas pelo NP, Caco vasculhou os documentos do IML atrás do registro das mortes na data do tiroteio investigado. Foi criado um arquivo no computador com os dados de mais de 20 mil óbitos com as seguintes características, consideradas de uma vítima potencial da BM: jovens de uma região pobre da cidade, com mais de dois ferimentos a bala cujo corpo foi recolhido pelo carro do IML em hospital. Estes dados eram cruzados com as informações do NP. Apenas por este método foi possível descobrir a identidade de 145 mortos desconhecidos (BARCELLOS, 1998: 125-126).

Em *Abusado* (2003), as noções de fonte, método de apuração, texto e edição são ainda mais tensionadas no comentário do autor sobre as práticas jornalísticas. Desde as primeiras páginas fica claro o lado que Caco escolheu: o dos mais fracos, das vítimas e como se coloca em tal posição, criticando, na sombra, os textos que são fundamentais para o jornalismo hegemônico: a “objetividade jornalística” e as “fontes oficiais”. Suas fontes, em longas entrevistas, foram os amigos e parentes de traficantes, que se dispuseram a contar histórias, pessoalmente ou por telefone, às vezes durante a madrugada (Barcellos, 2003: 9). Os nomes de gente honesta, ou não, foram omitidos (Barcellos, 2003: 11). É possível que, com a promessa de anonimato, as fontes tenham contado histórias exageradas ou mentirosas. Mesmo reconhecendo que tomou o caminho da estrutura do “romance” para escrever o livro, que pareceu a melhor maneira de aproveitar o “volume impressionante de diálogos” (2003: 466), Caco procurou checá-las cruzando depoimentos e com a consulta a fontes formais – arquivos de jornais, TV, inquéritos policiais, processos na justiça, cartórios de registros civis. Esta foi a parte mais trabalhosa da pesquisa, que consumiu dois períodos de férias, todos os fins de semana e três anos de dupla jornada de trabalho, na TV e no livro (Barcellos, 2003: 467).

Segundo o relato do repórter, as primeiras buscas por diários, cartas da infância e da adolescência, álbuns de família, boletins escolares, registros de empregos em carteiras profissionais fracassaram. Com isso, a apuração foi concentrada na história dos homens que morreram em 15 anos de guerra no morro. Os amigos e parentes começaram a colaborar, cada um a seu modo. Alguns gravaram horas de depoimentos, fundamentais para a reconstituição de episódios marcantes (Barcellos, 2003: 465). O levantamento da história dos mortos também ajudou a esclarecer o quebra-cabeça sobre a cronologia das guerras. Foram dezenas em 15 anos de história. Mas, para a maioria, a única referência efetiva era a guerra de 1987. Os santinhos das homenagens póstumas e os atestados de óbito, que as famílias cederam,

foram de grande valor para eliminar as informações desconstruídas sobre as datas de crises, invasões, combates, tiroteios. Só depois de um ano, o repórter aprendeu que a cronologia da guerra, ou de qualquer episódio, era marcada pela história de seus mortos. A descoberta ajudaria a resolver dúvidas e controvérsias de datas, com perguntas mais efetivas, do tipo: “Quando foi a traição do Paulo Roberto? Foi antes ou depois da morte do Mendonça? (2003: 465).

Em *Abusado*, Caco evidenciou igualmente como a reportagem, que se prende ao marco da “objetividade jornalística” pode se situar mais próxima da ficção e da mentira do que o “romance” que escreveu. Foi o que ocorreu com a entrevista de Juliano aos repórteres do *Jornal do Brasil*, *O Dia* e *O Globo*. Os três repórteres concordaram que haviam perguntado a Juliano se ele tinha algum vício, mas cada um teria ouvido resposta diferente. Nelito Fernandes, de *O Globo*, não entendeu direito a resposta, que teria sido: “Nunca fiz isso. Eu não cheiro, não fumo, não bebo, só fumo o mato certo”. Na dúvida optou pela prudência: não reproduziu a frase na entrevista, atitude que o levou a ser cobrado na redação por ter sido furado pelos concorrentes. Silvio Barsetti, de *O Dia*, reproduziu a resposta com final diferente, mudando completamente o significado: “Nunca fiz isso. Eu não cheiro, não fumo, não bebo. Só mato o certo”. Marcelo Moreira escreveu no JB uma forma ainda mais alterada da frase atribuída a Juliano: “Eu não bebo, não fumo e não cheiro. Meu único vício é matar, mas só mato quem merece morrer” (2003: 351).

Considerações finais

Um tipo de comentário, mais ordinário, é feito por alguns jornais; entretanto ali o jornal geralmente se volta para si mesmo e não para uma interpretação dos textos criadores do jornalismo. Os “livros de repórteres”, como vimos, traçam uma linha diferente. Eles irradiam um novo discurso sobre o que está cristalizado nas práticas jornalísticas e poderiam ser situados às margens das teorias, à medida que se reconhece que os comentários são feitos à sombra de um texto normativo, que já havia sido dito, quer seja em teorias jornalísticas, quer seja em “manuais de redação”. Com eles, ou com alguns entre eles, vemos se formalizar e se reproduzir um procedimento de controle discursivo interno da atividade jornalística (Foucault, 1996, p. 30; Dent, 2008).

Os livros escritos por Caco Barcellos, mencionados espontaneamente na pequena enquête que realizamos para investigar a pertinência da hipótese, parecem enquadrados nesta função. Neles os materiais jornalísticos, no caso os arquivos do jornal *Notícias Populares*, são

o ponto de partida para um sem-número de interpretações dos textos primeiros. As fontes “sem importância” tomam o lugar das fontes oficiais, em suas investigações, os documentos, que não fazem parte do que é normalmente consultado pelos repórteres, emergem. Com base em uma entrevista de Juliano publicada em vários jornais, Caco Barcellos desdobrou o processo de produção em sua complexidade, que é apagado pelos manuais e teorias, evidenciando as contradições entre apuração, edição e as diferentes versões dos repórteres. No meio do caminho, em *Abusado*, o repórter se dá conta de que este modo de produção que o desvia das fontes oficiais o encaminha para um “romance”, o que vai fazer voltar para o interior do saber jornalístico a técnica literária exorcizada dos jornais no século XIX.

Em ambos os sentidos, seja na apuração, seja no estilo, o comentário que se realiza sobre as práticas e as teorias promove certa utopia do jornalismo, um devir jornalismo que contempla as palavras de Foucault: “Sonho lírico de um discurso que renasce de cada um de seus pontos, absolutamente novo e inocente, e que reaparece sem cessar, em todo frescor, a partir das coisas, dos sentimentos ou dos pensamentos” (Foucault, 1996: 23-24). Da mesma forma, não há como separar o que foi dito ali do que se considera jornalístico à medida que Caco é reconhecido e imitado por outros repórteres em suas práticas; inevitavelmente, mesmo ao ser realizado sob a forma de um “romance”, *Abusado* carrega consigo, sejam quais forem as técnicas empregadas, mesmo nas margens, em função da existência da disciplina, o que estava articulado, silenciosamente ao texto primeiro.

Referências bibliográficas

- AMARAL, Márcia. *Jornalismo popular*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BARCELLOS, Caco. *Abusado*. São Paulo: Record, 2003.
- BARCELLOS, Caco. *Rota 66*. A história da polícia que mata. São Paulo: Globo, 1998.
- DENT, Chris. ‘Journalists are the confessors of the public’, says one Foucaultian. *Journalism*, 9: 200-219, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GOMIS, Lorenzo. *Teoría del periodismo*. Cómo se forma el presente. Barcelona: Paidós, 1991.
- LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 1987.
- Machado, R. Arqueología y epistemología. In: *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1995.

- MARCONDES FILHO, Ciro. *A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker, 2001.
- VAN DIJK, Teun. *La noticia como discurso*. Barcelona: Paidós, 1990.
- MEDINA, Cremilda. *Notícia: um produto à venda*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- NEVEU, Éric. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- PEREIRA LIMA, Edvaldo. *Páginas ampliadas*. O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. São Paulo: Editora da Unicamp, 1995.
- TUCHMAN, Gaye. Métodos cualitativos en el estudio de las noticias. In: K.B. JENSEN/N.W. JANKOWSKI (Eds.). *Metodologias cualitativas de investigación en comunicación de masas*. Barcelona: Bosh, 1993.